

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo nº : 13005.000460/98-90  
Recurso nº. : 118.282  
Matéria : IRPJ e OUTROS – EX.: 1993  
Recorrente : DIMON DO BRASIL TABACOS LTDA.  
Recorrida : DRJ - PORTO ALEGRE/RS  
Sessão de : 14 DE JULHO DE 1999  
Acórdão nº. : 105-12.885

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL – RENÚNCIA À INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA** - A propositura, pelo contribuinte, de ação anulatória ou declaratória da nulidade do crédito da Fazenda Nacional importa em renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso interposto.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por DIMON DO BRASIL TABACOS LTDA.

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, NÃO CONHECER do recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Rosa Maria de Jesus da Silva Costa de Castro, Alberto Zouvi (Suplente convocado) e Afonso Celso Mattos Lourenço, que conheciam do recurso e analisavam o mérito do litígio.

VERINALDO HENRIQUE DA SILVA  
PRESIDENTE

LUIZ GONZAGA MEDEIROS NÓBREGA  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 23 AGO 1999

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: NILTON PÊSS, JOSÉ CARLOS PASSUELLO e IVO DE LIMA BARBOZA.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº. : 13005.000460/98-90  
ACÓRDÃO Nº. : 105-12.885

RECURSO Nº. : 118.282  
RECORRENTE : DIMON DO BRASIL TABACOS LTDA

**RELATÓRIO**

DIMON DO BRASIL TABACOS LTDA, já qualificada nos autos, recorre a este Conselho, da decisão prolatada pela DRJ em Porto Alegre – RS, constante das fls. 252/264, da qual foi cientificada em 09/03/1998 (fls. 266), por meio do recurso protocolado em 08/04/1998 (fls. 267/268).

Contra o contribuinte foi lavrado o Auto de Infração de fls. 02/07, na área do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, relativo ao período de apuração correspondente ao mês de dezembro de 1992. Em consequência, foram também formalizadas exigências reflexas relativas ao Imposto de Renda na Fonte sobre o Lucro Líquido – ILL e à Contribuição Social sobre o Lucro – CSL.

O procedimento fiscal em tela deveu-se à constatação de que a empresa TABRA EXPORTADORA DE TABACOS DO BRASIL LTDA, incorporada por DIMON DO BRASIL TABACOS LTDA, em dezembro de 1995, excluiu das bases de cálculo do IRPJ, da CSL e do ILL, no período objeto da autuação, parcela da correção monetária das demonstrações financeiras correspondente à diferença, verificada no período-base de 1990, entre a variação do IPC e do BTNF, contrariando as disposições contidas na Lei nº 8.200/1991, com as alterações da Lei nº 8.682/1993, e no Decreto nº 332/1991; integra a referida parcela, não só o saldo adicional de correção monetária como também, os efeitos desta correção monetária sobre os encargos de depreciação, amortização e exaustão, e do custo do bem baixado a qualquer título.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

**PROCESSO N°. : 13005.000460/98-90  
ACÓRDÃO N°. : 105-12.885**

Em impugnações tempestivamente apresentadas, de fls. 193/209 (IRPJ) e 233/249 (CSL), o contribuinte, por meio de seu procurador (mandatos às fls. 210/211), contesta o lançamento, argüindo a constitucionalidade da Lei nº 8.200/1991 e a ilegalidade do Decreto nº 332/1991, por vedação do reconhecimento imediato da diferença de correção monetária correspondente à adoção dos índices IPC e BTNF, quanto à primeira, e por extensão indevida do decreto regulamentador da citada lei, uma vez que esta não cuidou da questão das depreciações ou do custo dos bens baixados, além de impor o deferimento do expurgo do saldo devedor relativo à citada diferença de correção IPC/BTNF, nas bases de cálculo do ILL e da CSL, não previsto no diploma legal.

Requer ainda o impugnante, caso não sejam acatadas as razões acima, que sejam computados os valores lançados pelo Fisco à título de Contribuição Social sobre o Lucro, na determinação das bases de cálculo do IRPJ e do ILL.

A autoridade julgadora de primeiro grau, em Decisão de fls. 252/264, após analisar as disposições constantes da Lei nº 8.200/1991, concluiu pela adequada interpretação e aplicação do mesmo ao caso vertente, assim como pela inexistência de incompatibilidade entre o seu teor e os termos do Decreto nº 332/1991, que a regulamentou. Quanto às questões envolvendo as alegadas constitucionalidades e ilegalidades dos referidos atos, declarou-se incompetente para apreciá-los, invocando, neste sentido, a jurisprudência administrativa e o Parecer PGFN/CRF nº 439/96.

Com relação ao pleito da impugnante, concernente à dedução, na base de cálculo do IRPJ, do valor da Contribuição Social ora exigida, a decisão recorrida concluiu pela sua improcedência, sob o argumento de que a dedutibilidade de tributos somente se justifica quando regularmente contabilizada no curso do exercício social, conforme artigo 225, do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 85.450, de 04/12/1980 (RIR/80). Invoca neste sentido, o Acórdão nº 108-04.058 (Sessão de 18/03/1997), o qual entendeu ser incabível a

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

**PROCESSO N°. : 13005.000460/98-90  
ACÓRDÃO N°. : 105-12.885**

dedutibilidade, na determinação do lucro real, da Contribuição Social apurada em ação fiscal.

Determinou ainda o julgador singular, o cancelamento da exigência relativa ao ILL, com base na Instrução Normativa SRF nº 63/1997, além da redução do percentual da multa de ofício, para 75%, a teor do disposto no Ato Declaratório (Normativo) COSIT nº 01/1997.

Através do recurso de fls. 269/287, o contribuinte vem de requerer a este Colegiado, a reforma da decisão de 1º grau, repisando os argumentos apresentados na impugnação, reforçados por novas alegações de inconstitucionalidades que estariam contidas na Lei nº 8.200/1991.

Reitera ainda a recorrente, o seu pleito relativo à dedutibilidade da Contribuição Social sobre o Lucro, na determinação da base de cálculo do IRPJ.

O contribuinte impetrou Mandado de Segurança contra a exigência do depósito instituído pelo artigo 32 da Medida Provisória nº 1.621-30, de 12 de dezembro de 1997, tendo-lhe sido negada medida liminar neste sentido, decisão reformada pelo TRF da 4ª Região, o qual decidiu deferir a liminar requerida, no julgamento do Agravo de Instrumento interposto pelo interessado, conforme documentos de fls. 289 a 293.

Através da petição de fls. 297, a recorrente informa haver ingressado em Juízo, com Ação Anulatória de Débito Fiscal, "em cumprimento ao disposto no artigo 33 da Medida Provisória nº 1.621/97" (sic), distribuído à 14ª Vara Federal do Distrito Federal, sob o nº 98.00022146-0, tendo requerido, naquele processo, o sobrerestamento do feito, até o julgamento final deste processo administrativo, conforme cópia em anexo (fls. 298/326).

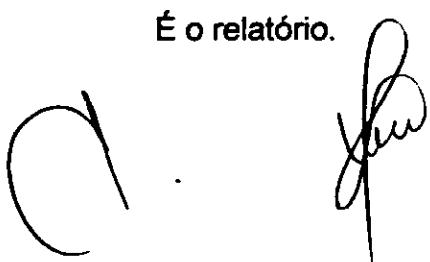
**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº. : 13005.000460/98-90

ACÓRDÃO Nº. : 105-12.885

Às fls. 329/330, consta contra-razões do representante da Procuradoria da Fazenda Nacional ao recurso interposto, requerendo que lhe seja negado provimento.

É o relatório.

A handwritten signature consisting of a stylized 'J' or 'F' followed by a more complex, cursive mark, likely a surname. To the left of the signature is a simple circle containing a vertical line, possibly a initials 'C'.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. : 13005.000460/98-90  
ACÓRDÃO Nº. : 105-12.885

V O T O

CONSELHEIRO LUIS GONZAGA MEDEIROS NÓBREGA – Relator.

O recurso é tempestivo; entretanto, há que serem analisados os efeitos da ação anulatória de débito fiscal ingressada em Juízo pelo contribuinte, conforme constou do relatório, na apreciação de sua admissibilidade.

Segundo a defesa, a busca da tutela judicial se deu em cumprimento ao disposto no artigo 33 da Medida Provisória nº 1.621-30, de 12 de dezembro de 1997, cujo *caput* se acha abaixo reproduzido:

*Art. 33. O direito de pleitear judicialmente a desconstituição de exigência fiscal fixada pela primeira instância no julgamento de litígio em processo administrativo fiscal regulado pelo Decreto nº 70.235, de 1972, extingue-se com o decurso do prazo de 180 dias, contados da intimação da referida decisão.*

A leitura do dispositivo legal supra, não autoriza a concluir que o ingresso da ação judicial em questão, foi por ele determinado, uma vez que em seu teor não consta qualquer medida de cumprimento obrigatório por parte do contribuinte; a limitação temporal para o ingresso na Justiça, nele contida, não pode ser interpretada desta forma, em razão da busca pela tutela judicial se constituir em um direito, facultativamente a ser exercido pelo contribuinte, e não uma medida a ser compulsoriamente adotada.

Caso o sujeito passivo vislumbrasse no diploma legal em comento, restrição ao seu direito de ver apreciada pelo Poder Judiciário, a matéria de que trata o presente litígio, sem prejuízo do recurso interposto na esfera administrativa, caberia ingressar em juízo, com os instrumentos próprios, visando fazer valer aquele direito que entendeu haver sido lesado, e não, inaugurar, na esfera judicial, a discussão já posta na instância administrativa, sem que esta houvesse proferido decisão final.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

PROCESSO Nº. : 13005.000460/98-90  
ACÓRDÃO Nº. : 105-12.885

Relevante observar que compõe a ação anulatória proposta, inclusive, a discussão acerca da dedutibilidade da Contribuição Social sobre o Lucro, na determinação da base de cálculo do IRPJ, conforme cópia da petição inicial de fls. 298/326, sendo, portanto, idênticos os objetos do processo judicial e do processo administrativo.

Desta forma, entendo restar plenamente configurada nos autos, a desistência do recurso voluntário interposto, a teor do comando contido no § 2º, do artigo 1º, do Decreto-lei nº 1.737, de 20/12/1979, a seguir transcrito, dispositivo em nada alterado pela Medida Provisória nº 1.621-30, de 1997:

"Art. 1º - *omissis.*

...  
*"§ 2º - A propositura, pelo contribuinte, de ação anulatória ou declaratória da nulidade do crédito da Fazenda Nacional importa em renúncia ao direito de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso interposto."*

Neste mesmo sentido, dispõe o artigo 38, e seu parágrafo único, da Lei nº 6.830, de 22/09/1980 (Lei das Execuções Fiscais).

Em função do exposto, voto no sentido de não conhecer do recurso voluntário interposto, em face de sua desistência.

Sala das Sessões - DF, em 14 de julho de 1999.

LUIS GONZAGA MEDEIROS NÓBREGA